

A IMPORTÂNCIA DE MENTES SAUDÁVEIS NA EDUCAÇÃO¹ THE IMPORTANCE OF HEALTHY MINDS IN EDUCATION



Beatriz Aparecida Amorim²
Everaldo da Silva³

RESUMO: O trabalho permite que o homem transforme a natureza e também se modifique do ponto de vista físico e intelectual. O trabalho docente vem se ampliando, bem como passando por transformações no âmbito das atividades e responsabilidades. Na área da educação, com o tempo, essa mudança torna-se preocupante quando impacta significativamente a docência. A profissão docente é gratificante e importante. Entretanto, o processo de precarização vem gerando situações que ocasionam constrangimentos e repressões. Diante disto, encontra-se evidente ao decorrer da carreira a presença de desgaste psíquico do profissional transcendendo ao sofrimento mental, fortemente relacionado ao cansaço, estresse e ansiedade. O desenvolvimento deste estudo ressalta a importância de mentes saudáveis na educação, além de instigar à pesquisa bibliográfica a fim de compreender de que modo o documento de caráter normativo, Base Nacional Comum Curricular (BNCC) retrata a educação e o papel do docente. Ademais, o desfecho primário deste estudo propõe práticas educativas e de segurança humana atrelados a Agenda 2030 direcionadas à órgãos públicos como a Secretaria de Educação de Santa Catarina, com finalidade de gerar melhorias no sistema educacional e valorização dos profissionais da educação.

Palavras-chave: Docentes. Saúde Mental. Educação. BNCC.

ABSTRACT: Work allows man to transform nature and also to change physically and intellectually. The teaching work has been expanding, as well as undergoing changes in the scope of activities and responsibilities. In the area of education, over time, this change becomes worrisome when it significantly impacts teaching. The teaching profession is rewarding and important. However, the precariousness process has been generating situations that cause embarrassment and repression. Given this, it is evident throughout the

¹ O estudo foi realizado mediante a conclusão do curso de pós-graduação em “Educação e Segurança Humana”, realizado pela Secretária de Educação de Santa Catarina (SED/SC) e financiado pelo programa UNIEDU. Bolsista do Curso Direcionado de Especialização em Educação e Segurança Humana do Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina, com recursos do Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior – UNIEDU/FUMDES.

² O estudo foi realizado mediante a conclusão do curso de pós graduação direcionada em “Educação e Segurança Humana”, realizado pela Secretaria de Educação de Santa Catarina (SED/SC) e financiado pelo programa UNIEDU.

³ Graduada em Pedagogia (UNIFEBE). Especialista em Educação e Segurança Humana (UNIFEBE). E-mail: bia@unifebe.edu.br

³ Graduado em Processos Gerenciais (Metodista). Cientista Social (FURB). Mestre em Desenvolvimento Regional (FURB). Doutor em Sociologia Política. (UFSC). E-mail: prof.evesilva@gmail.com

career the presence of psychological wear of the professional transcending mental suffering, strongly related to tiredness, stress and anxiety. The development of this study emphasizes the importance of healthy minds in education, in addition to instigating bibliographical research in order to understand how the normative document, the Common National Curriculum Base (BNCC) portrays education and the role of the teacher. Furthermore, the primary outcome of this study proposes educational practices and human security linked to the 2030 Agenda aimed at public bodies such as the Santa Catarina Department of Education, with the purpose of generating improvements in the educational system and valuing education professionals.

Keywords: Faculty. Mental health. Education. BNCC.

INTRODUÇÃO

É importante manter cuidado com a saúde mental. Ao explicar sobre a saúde mental dos docentes, faz-se alusão a dignidade da pessoa humana. Assim, precisamente à segurança humana. E ao dialogar por dignidade, encontra-se cónito que “[...] a dignidade tem por fundamento a autonomia.” (KANT, 2004, p.79). Nesta perspectiva a BNCC (2017) apresenta que cabe ao docente utilizar de sua autonomia para reinventar suas práticas a fim de estimular o protagonismo do aprendiz, interligando as diversas áreas de conhecimentos e campos de experiência. Mas, apesar da docência ser uma profissão gratificante e importante, no decorrer dos anos evidencia uma intensificação de incumbências, precárias muitas vezes, com situações que geram constrangimentos e repressões aos profissionais da educação. O trabalho docente vem se ampliando, bem como passando por transformações no âmbito das atividades e responsabilidades. O processo de precarização vem gerando situações que oportuniza constrangimentos e repressões aos docentes. Diante disto, o objetivo deste estudo foi responder à seguinte pergunta: Como Órgãos Públicos podem agregar ao decorrer da carreira do magistério de docentes que estão passando por desgaste psíquico e sofrimento mental, fortemente relacionado ao cansaço, estresse e ansiedade?. O estudo desse artigo científico possui a finalidade de enaltecer de forma primordial a importância de mentes saudáveis na educação, e expandir sobre o contexto educacional atual e seus desafios em face das mudanças realizadas pelo ser humano em sua natureza.

Trata-se de um estudo de revisão bibliográfica que possui abordagem qualitativa que, de acordo com Minayo (2010), busca questões muito específicas e pormenorizadas, preocupando-se com um nível da realidade que não pode ser mensurado e quantificado, atua

com base em significados, motivos, aspirações, crenças, valores, atitudes, e outras características subjetivas próprias do humano e do social que correspondem às relações, processos ou fenômenos e não podem ser reduzidas a variáveis numéricas, assim, apesar de apresentar dimensões distintas de uma mesma vertente estudada, demonstra-se de forma complementar indissociável.

Torna-se válido mencionar, que o estudo é requisito componente para finalização do curso de especialização direcionada em “Educação e Segurança Humana”, da instituição de ensino superior “UNIFEBE” e financiada pela Secretaria de Educação de SC (SED) juntamente com o programa UNIEDU. E sua proposta inicial continha pesquisa à campo por meio de aplicação de questionário, porém, devido a Pandemia do Covid-19, necessitou-se modificá-lo, tornando-o em uma proposta de revisão bibliográfica que busca compreender a realidade estudada, por meio de embasamento teórico em diversos autores que fundamentam a temática do estudo.

Ademais, esta pesquisa também atribuiu ênfase em ressaltar como documentos educacionais, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), apresenta o papel do docente e futuro da educação, além de elencar práticas de educação e segurança humana a fim de intervir no cotidiano e realidade educacional, atrelado positivamente a “Agenda 2030”, com desígnio de sugestionar estas ações práticas à órgãos públicos, como a Secretaria de Educação de SC (SED) intento a real aplicação em instituições públicas de educação básica. No entanto, primeiramente torna-se necessário a capacidade de ampliação de horizonte quando o argumento é educação. Em direção de objetividade e inequívoco, a educação, de acordo com Libâneo (2010) é um fenômeno plurifacetado, ou seja, acontece em diversos lugares institucionalizados ou não, caracterizando-se de maneira informal, não-formal ou formal. Todavia sujeito algum consegue evadir-se da educação, porém, é válido a maneira em que a sociedade está exposta a esta, sendo de cunho intencional ou desintencional. Nomeadamente a educação ocorre por meio das suas três modalidades (informal, não-formal e formal) de modo imbricado. Diante desta conduta, será dissertado ao decorrer do estudo sobre a educação formal (intencionada) com maior intensidade e seus impactos relacionado a saúde na vida docente. Para a melhor compreensão do tema que orientou o desenvolvimento desta pesquisa que elenca de maneira essencial a saúde mental de docentes inseridos na área da educação, este estará dividido em quatro seções

contemplando nestas, “Introdução; Referencial Teórico (com subseções); Análise de Dados e Considerações Finais”, cabe afirmar que as seções abrangem seções secundárias e ao final do artigo, as referências.

REFERENCIAL TEÓRICO

BNCC E O FUTURO DA EDUCAÇÃO

Por meio da transformação da sociedade, a educação conjuntamente foi se modificando e movimentando-se em situações cruciais explícitas em sua trajetória. Com as mudanças, vive-se em uma nova era da educação, porém de acordo com Mosé (2013), até metade do século XX habitou-se em uma sociedade em que a prática educativa se fundamentou em inúmeras fragmentações, diligenciando aos aprendizes um raciocínio descontextualizado. Diante desta realidade as autoridades legais inseridas na educação em conformidade com a Lei 13.005/2014 que vigora o Plano Nacional da Educação (2014-2024), iniciaram a elaboração de uma Base Nacional Comum Curricular prezando a equidade e humanização dos conhecimentos a serem ministrados nas instituições de ensino básico. Nesta perspectiva, no ano de 2015 foi elaborado os primeiros traços deste documento com a participação e colaboração do educativo, sendo eles autoridades, docentes, administrativos entre outros. Contudo, no ano de 2017 foi homologado o documento possuindo caráter normativo obrigatório em toda educação básica. De acordo com a Base Nacional Comum curricular BNCC (2017), seu propósito está pautado na alteração de desigualdades enraizadas na Educação Básica do Brasil por meio do impacto que causará nos currículos, principalmente nos cursos de educação superior voltados a licenciatura para o ensino básico, resultando na educação básica diversificação das práxis dos educadores com a finalidade de oportunizar aos aprendizes vivências significativas no contexto social. Porém, ao iniciar a apresentação do documento de caráter formativo, cujo visão é definir um conjunto de aprendizagens essenciais, quais todos os aprendizes devem desenvolver ao longo do seu processo de desenvolvimento, torna-se explícito que,

A BNCC por si só não alterará o quadro de desigualdade ainda presente na Educação Básica do Brasil, mas é essencial para que a mudança tenha

início porque, além dos currículos, influenciará a formação inicial e continuada dos educadores, a produção de materiais didáticos, as matrizes de avaliações e os exames nacionais que serão revistos à luz do texto homologado da Base. (BNCC, 2017, p.07).

Assim, a educação brasileira necessita desprender-se do tradicionalismo em sua execução, pois, para a Base Nacional Comum Curricular (2017), o futuro desta faz referência a aprendizagem por meio de experiências contextualizadas, considerando a realidade do aprendiz de forma integral, apresentando-o como protagonista do seu próprio conhecimento por meio das interações e relações estabelecidas no ambiente em que o circunda. Conforme cita o artigo 205 da Constituição Federal de 1988:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL,1998).

Em coerência com a Constituição Federal de 1988 é possível afirmar que a educação é dever de todos, assim, todo e qualquer sujeito não a escapa. Desta forma, ela torna-se base para a vida do cidadão em todas suas instâncias, com esta afirmação a doutrina preza por um ensino de qualidade que propulsiona o sujeito ao direito de pensamento complexo/crítico e humanitário. Para a construção desse pensamento complexo/crítico e humanitário a Base tenciona que no “chão da sala de aula”, o sujeito possa realizar conexões entre as áreas de conhecimento ou campos de experiências em suas vivências, sendo inadmissível a mobilização do saber (habilidades e competências) de forma isolada. Conforme complementa a Base Nacional Comum Curricular:

Ao definir essas competências, a BNCC reconhece que a “educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza” (BRASIL, 2013)³, mostrando-se também alinhada à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU)⁴. (BNCC, 2017, p.8).

Nesta perspectiva, o ensino/aprendizagem deve superar a pedagogia das “caixinhas” em que cada conhecimento não possui familiaridade recíproca. Nesta lógica,

[...] A BNCC indica que as decisões pedagógicas devem estar orientadas para o desenvolvimento de competências. Por meio da indicação clara do que os alunos devem “saber” (considerando a constituição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores) e, sobretudo, do que devem “saber fazer” (considerando a mobilização desses conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho), a explicitação das competências oferece referências para o fortalecimento de ações que assegurem as aprendizagens essenciais definidas na BNCC. (BNCC, 2017, p. 13).

Sendo assim, com uma nova vertente da educação brasileira, o documento apresenta uma concepção de escola voltada para o desenvolvimento humano, em que todo sujeito nela inserido haverá oportunidade de dedicar-se a exploração dos conhecimentos a fim de agregar a sua vida exterminando concepções ultrapassadas e repressão da sociedade. Portanto, nesse

contexto, a BNCC afirma, de maneira explícita, o seu compromisso com a educação integral. Reconhece, assim, que a Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva. Significa, ainda, assumir uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto – considerando-os como sujeitos de aprendizagem – e promover uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades. (BNCC, 2017, p. 14).

Contudo, o documento normativo, modifica a estrutura de ensino aprendizagem constatando que o tempo atual sofreu mudanças e a educação também deve se atualizar, apresentando novos conceitos de criança, adolescente, e corpo discente e principalmente o ambiente educacional, qual deve prezar por uma democracia inclusiva, fortalecendo-se no multiculturalismo (BNCC, 2017), assim, moldando um novo papel para toda comunidade escolar, mantendo somente virtudes e valores essências desde o princípio da humanidade. Desta forma, a BNCC resume-se em formar sujeitos que consigam expressar-se livremente com responsabilidade e empatia em relação aos acontecimentos a nível global, comunitário e pessoal, possuindo concomitantemente capacidade para agir e transformar a sociedade por meio de seus conhecimentos não oprimidos. Não obstante, a Base Nacional Comum

Curricular evidencia uma educação de cunho integral, afincada às intencionalidades para impulsionar processos educativos, que devam incitar aprendizagens que estejam relacionadas aos interesses dos aprendizes e que estejam atreladas às demandas sociais (BNCC, 2017). No entanto, faz-se necessário, profissionais que realizem esta mediação entre conhecimento, área de interesse e protagonismo do aprendiz, e que promovam práticas reflexivas que ecoem diretamente na vida do sujeito e sociedade.

A PRÁTICA DOCENTE NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) designada como um documento de caráter normativo, exhibe o norte da Educação Básica Brasileira com subvenção nas competências atreladas ao desenvolvimento de habilidades e de conhecimentos específicos. De acordo com a BNCC (2017), competência está relacionada com a mobilização do saber, ou seja, compreender o saber de forma contextualizada, por meio de seus procedimentos teóricos, práticos, cognitivos e socioemocionais, com propósito de formar um cidadão que exerça plenamente sua cidadania enfrentando com discernimento os litígios do cotidiano. O documento normativo está em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96), que em seu § 1º do Artigo 1º apresenta a obrigatoriedade do ensino ser orientado por três princípios, sendo eles éticos, políticos e estéticos, visando à formação humana integral, que consecutivamente erga uma sociedade justa, democrática e inclusiva. Deste modo, considera-se fundamental potencializar o alunado como primordial no processo, mas torna-se evidente a necessidade de profissionais que estejam preparados para organizar a sistematização orgânica e paulatina dessas aprendizagens essenciais.

Cabe ressaltar que com a mudança social está presente a mudança de papéis, esta variante também intervém ao papel do docente em sala, que solidificou ao decorrer dos anos diferentes imagens e funções de um professor, sendo assim, este movimento ficou marcado na trajetória da educação por meio das tendências pedagógicas. Freire (1996, p.52) exprime esta nova face do docente qual a BNCC almeja, pronunciando que “saber ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”. Conforme descreve a Base Nacional Comum Curricular, esta nova vertente da educação, possui papéis complementares, principalmente em relação aos currículos e

autonomia de instituições educacionais. Neste sentido, torna-se explícito que esta autonomia dada as instituições educacionais devem contemplar a ideia de, “criar e disponibilizar materiais de orientação para os professores, bem como manter processos permanentes de formação docente que possibilitem contínuo aperfeiçoamento dos processos de ensino e aprendizagem”. (BNCC, 2017, p.19).

Desta forma, possuindo o intuito de potencializar o profissionalismo docente, almejando a simbiose entre o profissionalismo e o exercício dele. Neste sentido, a concepção de professor está pautada na promoção de conhecimento e interação social, a fim de contribuir para a construção de uma sociedade pensante. De acordo com Freire (1979), ser educador é ter consciência que sua ação/práxis deverá ser embasada em comprometimento ao instigar à necessidade de aprender a ensinar, esta, sendo uma responsabilidade que exige desenvolvimento constante, ou seja, reflexão de sua prática docente que possibilite renovar sua ação pedagógica, assim, atento as necessidades e avanços de seus aprendizes. Além disto, Freire (1996), destaca que faz-se indispensável além do profissionalismo a “paixão” pela profissão.

Destarte, a Base Nacional Comum Curricular entrelinhas apresenta o ensejo de docentes que gerenciem, atenuem e oportunizem o conhecimento de forma multifacetada quebrando o paradigma de detentor do saber e transmissor da informação, posto isto, com leveza e sabedoria assista o aprendiz em todo processo pedagógico assegurando-o a seus direitos e considerando sua realidade, contudo, o docente possui em suas mãos a urgência de despertar ao corpo discente o encantamento pelo conhecimento. Elencando as considerações supracitadas, destaca-se que evidentemente o documento de caráter normativo está focando na capacitação docente para suprir com a proposta homologada, apresentando-se como uma referência para a formação de currículo da União e auxiliador de outras vertentes pedagógicas, inclusive a formação docente.

De acordo com a BNCC (2017), foi catalogadas tomadas de ações que auxiliarão no processo de ensino/aprendizagem nos currículos, sendo uma delas a construção e aplicação da avaliação formativa e contextualizada/íntegra para aprendizes e docentes, com intuito de melhorar o desempenho da escola, professores e alunos. Ademais é notório a preocupação na formação profissional docente, pois está descrita a suma importância na Base (BNCC, 2017, p.17) de “criar e disponibilizar materiais de orientação para os professores, bem como

manter processos permanentes de formação docente que possibilitem contínuo aperfeiçoamento dos processos de ensino e aprendizagem”. Desta maneira, segundo a Base Nacional Comum Curricular,

A primeira tarefa de responsabilidade direta da União será a revisão da formação inicial e continuada dos professores para alinhá-las à BNCC. A ação nacional será crucial nessa iniciativa, já que se trata da esfera que responde pela regulação do ensino superior, nível no qual se prepara grande parte desses profissionais. Diante das evidências sobre a relevância dos professores e demais membros da equipe escolar para o sucesso dos alunos, essa é uma ação fundamental para a implementação eficaz da BNCC. (BNCC, 2017, p.21).

Posto isso, torna-se verídico a preocupação com a formação destes profissionais, que após a conclusão do ensino superior estarão inseridos no “chão da sala de aula” o que ocasiona um impacto direto no rumo e caminhos da educação. Nesta perspectiva, o Ministério da Educação lançou no ano de 2017 uma nova Política Nacional de Formação de Professor com Residência Pedagógica, que propõe ao acadêmico contato com a prática durante o período de graduação, por meio de programas de iniciação à docência e alterações nas grades do curso, com afincamento em discernimento do profissional diante dos desafios do cotidiano. Cabe ressaltar que atrelada a nova política de formação de professores está instituído a Base Nacional Comum para Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) homologado no ano de 2019, qual possui intuito de melhorar a qualidade de ensino dos estudantes, elevar índices educacionais e simultaneamente possibilitar a valorização docente.

Desta forma, os documentos oficiais tendem a complementar a proposta elencada na Base Nacional Comum Curricular sobre a capacitação docente e corroborar para um modelo de educação com maior qualidade, obstruindo fragmentações enraizadas no contexto educacional. Portanto, estes são os apontamentos relacionados a prática docente visionados pela BNCC. Conquanto, o documento de caráter normativo apresenta somente referências a capacitação do profissional e seu papel no ambiente educacional, a fim de formar e conter um docente propulsor do conhecimento, mas não faz menção de como este profissional pode atrelar-se a toda essa mudança de forma saudável, conectando-se ao “novo” momento da educação com sua saúde mental em dia, sem desgastes psíquicos ou

adoecimento mental por não saber lidar com suas emoções ao cumprir com as incumbências exigidas.

Portanto, apesar de estimular a construção da humanização da educação, a BNCC apresenta transformações grandiosas em pequeno espaço de tempo aos docentes, acarretando maiores responsabilidades e exigências sobre sua prática, pecando sobre a humanização do trabalho docente. Assim, conforme corrobora Esteve (1999), torna-se imprescindível o alerta sobre as desorientações e tensões, quando um sujeito está exposto a mudanças excessivas, em períodos de sobremodo curto. Nesta perspectiva, transfigura-se essencial a carência de ações que proporcionem um olhar investigativo para prática docente sob a perspectiva de segurança humana no trabalho, pois a educação é uma área humana qual possui mudanças e influências constantes, seja social ou partidária, ocasionando assim, mudanças drásticas no trabalho de quem a faz acontecer.

SEGURANÇA HUMANA E O DOCENTE SAUDÁVEL EM SALA DE AULA

Concebendo um resgate histórico, o conceito de segurança obteve pequenas crepitações após a criação da “Declaração Universal dos Direitos Humanos” frente ao cenário do ano de 1948, corolário da Segunda Guerra Mundial a qual repercutiu o panorama catastrófico de baixas condições humanas. No ano de 1990 o tema começou a ser brevemente discutido como “Segurança humana” uma redefinição de segurança ampliando suas demandas, logo no ano de 1994 temática “Segurança Humana” esteve presente pelo “Programa das Nações Unidas de Desenvolvimento”, mas somente entre os anos de 2012 e 2015 o tema foi adotado e desmistificado pela ONU como o conceito que abrange o espectro da dignidade e vida humana. Nesse sentido, na sociedade os sujeitos inseridos e componentes desta, estão dispostos de direitos como, a vida, cultura, economia, saúde, educação, entre outros regido pela “Declaração dos Direitos Humanos” e pela “Constituição Federal”, sendo assim, os direitos ocorrem de forma simultânea por meio de deveres, que visam a garantia da dignidade humana, caracterizado pelo zelo da própria vida e pela vida do próximo. Os direitos e deveres são indissociáveis, posto isto, norteiam os indivíduos aos mesmos compromissos e responsabilidades, assistindo a segurança humana mediante ao pleno exercício da cidadania. De acordo com Dias (2004), exercer a cidadania é

compreender que todas as coisas possuem princípios e ordens a serem seguidas, de modo natural. Nesta perspectiva, exercer a cidadania é conseguir estar inserido em um estágio humano avançado, que oportuniza a capacidade de apresentar responsabilidade em seus atos gerando em prática o termo “Segurança Humana”.

Nesta perspectiva, a temática de “Segurança Humana” fundamentada no desenvolvimento humano, está entrelaçada com os direitos humanos, conforme corrobora Sen (et al 2003 apud Rocha p.22) a segurança humana fortalece o desenvolvimento humano, tornando-se uma complementação da segurança estatal, assim, incitando à garantia de vivência, sobrevivência, estabilidade, saúde e dignidade do ser humano diante dos desafios emergenciais e constrangimentos da contemporaneidade.

Deste modo pode-se afirmar que o bem estar global, coletivo e individual está a cargo do pleno exercício da cidadania que consecutivamente está imbricado a segurança pública, a fim de promover saúde física e mental de toda sociedade. Neste sentido, observa-se em meio a sociedade a instituição escolar como um grande instrumento promotor de saúde de toda comunidade escolar (Professores, famílias, alunos e demais envolvidos), destinando-a com o papel social de formar pessoas capacitadas ao cuidado de sua saúde contextualizada, desempenhando condições preventivas. Porém, pode-se destacar que para formar estes cidadãos de maneira integral se faz necessário a presença de profissionais que possuam também espaço para trabalhar sua saúde, principalmente mental, a fim de estar saudável em sala e oportunizar o melhor para a formação dos sujeitos. Cabe ressaltar que além de a profissão ser extremamente importante, é também prazerosa, pois trabalha para o desenvolvimento do próximo, totalmente humanística a fim de formar pessoas para que elas possam fazer escolhas certas e que saibam lidar com os desafios cotidianos da vida, ou seja, a docência é muito mais de um ensino pragmático, é de fato ser influência e diversas vezes referência a um sujeito transcendendo-se integralmente uma relação psicoafetiva. Mas, infelizmente a dor não pode ser excluída desta profissão, como as demais existentes no mundo, porém conforme menciona Dejours (1992), as profissões que envolvem relação de cuidados, igualmente à docência, torna-se evidente a presença de um sofrimento patógeno.

Partindo do pressuposto que a educação é o modo de ser subjetivo da cultura, a forma mais interna e espiritual da alma, que pode acolher em si suas próprias forças tudo o que lhe

chega de fora, e estruturar todas as manifestações e ações dessa vida unitária, assim, desmistifica-se a educação como a extensão do educador, mas a compreensão deste aspecto integrado pode haver interfuncionalidade, tornando notável a presença e aumento de ansiedade e angústia, que desloca-se para fora dos muros das escolas, posto isso, além da jornada de trabalho. (NOHL et al. apud Libâneo, 2010, p.76). Trabalhar não é só aplicar uma série de conhecimentos e habilidades para atingir a satisfação das próprias necessidades; trabalhar é fundamentalmente fazer-se a si mesmo transformando a realidade (MARTÍN-BARÓ, 1998, apud CARLOTTO, 2002, p. 27), porém para o sistema, o papel do professor é desempenhar inúmeros papéis, que muitas vezes se contradizem, e vulgarizam a profissão à realidades extremamente distintas das quais cobram por meio de documentos. Nesse ínterim, cabe ressaltar que a docência é uma profissão de relacionamentos, e quando a saúde do professor está ameaçada, a educação fica comprometida.

Obviamente transfigura-se emergente a presença de mentes saudáveis na educação, assim se faz necessário focalizar em medidas preventivas que auxiliem o anti-adoecimento docente, impedindo a depressão, síndromes, como a de burnout e demais riscos psicossociais. Portanto, se faz premente o rompimento de tabus e pré-conceitos até mesmo de colegas de trabalho ou famílias da comunidade escolar sobre o sofrimento do próximo, sendo assim, se faz iminente a presença de políticas públicas que promovam ações como redes de apoio, compartilhamento de emoções, aprendizado contínuo sobre saúde mental, projetos socioemocionais, entre outros que possuam a finalidade de fortalecer a valorização da docência, autoestima e a comunicação, para que exerçam de forma significativa seu papel na sociedade, que possui impacto exuberante na educação a nível nacional, pois se a água não for boa, todos que bebem se contaminarão, neste sentido, cuidando dos profissionais da educação claramente a nação está sendo cuidada.

DOCENTE E EMOÇÕES

A presença de estudos que tratam sobre as emoções, são recentes em nossa sociedade, mas de grande valia, pois por meio destes é possível entender o funcionamento do cérebro envolto da emoção. Desmistificando a etimologia da palavra “emoção” constata-se originária do latim, qual significa “*movere*”, traduzida para o português “mover para fora” ou “afastar-

se”. Corroborando, Goleman enfatiza que, “o impulso é o veículo da emoção; A semente de todo impulso é um sentimento explodindo, para expressar-se em ação”. (GOLEMAN, 2012, p.26). Logo, a exposição à emoção, estão sempre acompanhados de uma ação, geralmente externa, porém, podendo ser interna. Nesta perspectiva, transcende em evidência que o impulso é uma resultante da emoção, posto isto, com o avanço da tecnologia, o professor Daniel Goleman (2012) menciona que é possível compreender a arquitetura do cérebro, e este alerta que nos momentos mais instáveis da vida de um sujeito a emoção reina, ou seja, alastra-se e reduz a racionalidade do ser. Portanto, elenca-se primordial que o sujeito possua conhecimento sobre habilidades humanas e as valorizem, estabelecendo-as não somente como um fim para lidar com suas próprias emoções, mas como uma vertente mediadora que preze pelo desígnio de relações humanas expressivas.

Portanto, a humanidade deve estar ligada a questões de inteligência emocional e habilidade socioemocional de maneira complacente, a fim de utilizá-las para lidar com pressões da vida, exercendo com plenitude o autocontrole, zelo, persistência e capacidade de motivação, sendo assim, despertam conhecimento que o sucesso não está imbricado somente com inteligência, mas essencialmente com a sabedoria, compreendendo que é impactante a maneira que o indivíduo se relaciona com o mundo e consigo mesmo, galgando de forma natural. Reconhecendo a necessidade da humanização das relações e a persuasão do autocontrole interligadas à inteligência emocional e habilidades socioemocionais. A Base Nacional Comum Curricular (2017), aborda suavemente de maneira transversal a urgência da execução de trabalhos que valorizem as competências socioemocionais, e apresenta elencando em sua constituição dez (10) competências a serem desenvolvidas nos sujeitos ao decorrer de sua vida escolar, para que consigam solucionar com sensatez desafios contemporâneos, fazendo o uso do equilíbrio de suas emoções a agregar o momento e refletir em sua vida particular.

Observando o quão fez-se necessário uma mudança de ritmo e quebra de paradigmas referente aos assuntos supracitados, e a carência de inseri-las no âmbito educacional de formação de cidadãos para um equilíbrio social transfigura-se literal que os profissionais da educação, principalmente docentes e seus auxiliares possuam a competência socioemocional e de inteligência emocional bem desenvolvidas, pois, um labor de qualidade deve ser respaldado em vivências de autocontrole e conhecimento. De acordo com Damásio

(2011), as emoções desencadeiam-se por fenômenos ou objetos que estão ocorrendo “ao vivo” ou aconteceram no passado. Posto isto, é capaz de identificar que um sujeito para estar apto a realizar práxis sobre “emoções”, requer possuir consciência do seu desenvolvimento máximo, pois quando não se há um bom discernimento sobre, o docente pode acabar-se no comodismo, gerando impacto direto no aprendiz.

Entretanto, o ensino não será eficaz e o docente responsável por ele fica à margem de riscos psicossociais, por não conseguir cumprir de maneira efetiva seu papel e por questões laborais que ao decorrer da carreira foram acumuladas, por este não possuir o domínio e espaço para expor suas emoções, assim, retraídas ocasionam sofrimento e frustrações de caráter pedagógico. Neste sentido, deve-se repensar no trabalho docente como papel de referência aos aprendizes cuja envolta da temática, pois há inópia de primeiramente instaurar um trabalho que desenvolva medidas de prevenções e de autoconhecimento com intuito de selar a importância de mentes saudáveis na educação.

AGENDA 2030 E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA EDUCAÇÃO

A “Agenda 2030” (Plataforma Agenda 2030, 2015), é um plano de ação visando a melhoria de vida das pessoas e do planeta, assim, atribuindo ênfase na prosperidade global. Esta possui como finalidade a busca pelo fortalecimento da paz universal, e para isto indica dezessete (17) objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), que apresentam mais de cento e sessenta e nove (169) metas para a erradicação da pobreza e promoção de vida digna visando os limites do planeta. Cabe ressaltar que houve um caminho a ser trilhado durante a humanidade para a apresentação e criação da Agenda supracitada, desta forma, é possível elencar que no ano de 1992 instituiu-se o primeiro evento da ONU, o qual discutia assuntos sobre meio ambiente e desenvolvimento. Este conhecido como Rio 92, que obteve como resultado a “Agenda 21” caracterizada como a primeira carta de intenções com desígnio à promoção de um novo padrão de engrandecimento para o século XXI. Após vinte e três (23) anos, no dia quinze (15) de outubro do ano de 2015, cento e noventa e três (193) países e a ONU se reuniam novamente para discorrer sobre tratativas interligadas, integradas e indivisíveis atuantes em escolhas necessárias dispostas a melhorar a vida da população no presente e futuro. A UNESCO foi indicada a ONU no ano de 2015 para liderar e coordenar

os assuntos salientais à educação, transcendendo na prática os “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”. Com orientação da UNESCO, temos que o

O ODS 4 impulsiona o sucesso dos demais objetivos, que, por sua vez, refletem o papel importante da educação ao encapsular metas do ODS 4. Em outras palavras, a educação também está incluída nos objetivos relacionados a saúde, crescimento e emprego, consumo e produção sustentáveis, entre outros. (UNESCO, 2019).

Sob esta perspectiva, compreende-se que o ODS 4 (Educação de Qualidade), exprime o desejo de atingir além da educação, demonstrando que a “Agenda 2030” tornou-se uma declaração de interdependência. Deste modo, compete esplandecer que automaticamente o ODS 4 reforça o ODS 3 (Saúde e Bem – estar), sendo assim, realça a necessidade de impulsionar estes principalmente à quem faz educação, neste caso, os educadores. Torna-se valho deixar explícito a importância de incitar a iniciativa da UNESCO, que propõe a recuperação da educação para esculpir o futuro, enfatizando o conhecimento e aprendizagem como recurso renovável e alternativo à preponderar e galgar em um mundo incerto e complexo. Portanto, é notório que a recuperação da educação deve acompanhar as mudanças do mundo e os sujeitos necessitam compreender com criticidade sua existência e impacto nele. Todavia, a “Agenda 2030” transcende a ideia de uma educação de coletivo e transformadora, qual faz a junção e criação de pequenos atos diários com finalidade de resultar em equidade, inclusão e qualidade, posto isto, Paulo Freire (1987, p.87) corrobora, "Educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo". Dessa maneira, ao pensar em uma educação transformadora e coletiva, deve-se remeter também o pensamento a presença e papel de profissionais da educação que estejam saudáveis ao mediar com encantamento o conhecimento para que os sujeitos tornem-se o que sonham em se tornar e moldem um mundo melhor, diante de suas ações e oportunidades.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

O objetivo geral do artigo foi ressaltar a importância de mentes saudáveis na educação, em relação sobre as perspectivas à educação diante da “Agenda 2030”, “Base Nacional Comum Curricular”, interpeladas a práticas educativas e de segurança humana.

Deste modo, de acordo com os documentos oficiais, o educador possui papel fundamental no processo de conhecimento e aprendizagem, e estes processos conservam a busca por uma educação de qualidade, equitativa e inclusiva, que transformem os sujeitos e estes por consequência transformem sua realidade, o que ocasiona uma transformação global. Porém, apesar de belo e enriquecedor as contribuições destes documentos oficiais, transfigura-se absorto a tratativa sobre a saúde e bem estar do profissional que contém em suas mãos a bela missão de ensinar e proporcionar caminhos para que cada sujeito revele em si potencialidades, para assim, realizar a mobilização do saber. Mediante isto, quando um docente está exposto a um risco psicossocial como depressão, sobrecarga, ansiedade, baixa-estima, estresse e outro, seu desempenho automaticamente é afetado, acarretando em graves consequências ao cenário educacional. Infelizmente este episódio é crucial e comum, pois afeta o próprio ser, machucando-o emocionalmente/mentalmente e ao próximo para quem este deveria estar disposto a servir, a trabalhar para o desenvolvimento. Nesta perspectiva, evidencia-se e focaliza-se a urgência ao possuir um olhar sério, investigativo e empático aos educadores, a fim de evitar o adoecimento da humanidade, seja em sua esfera intelectual, emocional e física. Transcende-se essencial falar sobre saúde mental em qualquer movimento educacional, desde aos documentos (papel) até ações práticas, conforme corrobora Damásio (2011, p.144) “Os programas de emoção incorporam todo os comportamentos do maquinário da regulação da vida [...]. Sendo assim, Damásio (2011) ainda complementa, afirmando que as motivações e os impulsos originam-se das emoções, desta maneira, logo, tornando o sujeito vulnerável quando não possui o equilíbrio e controle destas.

Portanto, diante de situações e dos desafios cotidianos, neste mundo incerto e complexo, um profissional da educação com a mente saudável haverá muito a oferecer e florescer em sua carreira e a seus aprendizes, pois saberá lidar com discernimento em ocasiões que emane desconforto e constrangimento, por conseguinte, será capaz de canalizar a situação ocorrida sem ferir a si e a terceiros (aprendizes, colegas de trabalho, famílias e etc.). Nesta concepção, faz-se necessário compreender que a existência de mentes saudáveis na educação constitui-se por meio de processos, e nestes torna-se essencial a presença, apoio e iniciativas das redes geradoras de educação sejam estas federais, estaduais e municipais. Diante disto, a pesquisa realizada e discorrida por meio deste artigo, dispõe a contribuir para

a realização de redes de apoio envolvendo a temática, como por exemplo, formação continuada, oficinas, cursos, centros de atendimentos, paradas pedagógicas, atividades em grupo que utilizam de elementos diversos da psicologia (terapia, psicodrama, danças circulares, entre outros) e presença de psicólogo nas instituições educacionais para abordagem do tema. Contudo as redes de apoio apesar de serem iniciativas de órgãos geradores de educação, não significam que necessitem executar as ações sozinhos, pois conforme mencionado pela “Agenda 2030” é necessário a realização de um trabalho interdependente, sendo assim, entende-se impulsionador a criação de parcerias, entre estas, principalmente com instituições de ensino superior (IES) que possuem flexibilização e disposição em interação social. Por fim, esta pesquisa incita e reforça a importância de mentes saudáveis na educação e dispõe de contribuição aos órgãos públicos a fim de agregar a educação de qualidade. Ademais, o tema conduz a novas pesquisas que possuam a finalidade de desmistificar a temática e incita a criação de “Políticas Públicas” que a ministre.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho permite que o homem transforme a natureza e também se modifique do ponto de vista físico e intelectual. Nesta perspectiva, o trabalho docente vem se ampliando, bem como passando por transformações no âmbito das atividades e responsabilidades, deste modo, na área da educação faz-se necessário alçar um olhar investigativo para os riscos psicossociais devido tamanha exposição à mudanças significativas em curtos-períodos e absorção de demandas sociais, qual muitas vezes o docente não possui alcance ou não está sob seu controle, porém impactam em seu emocional. Conforme corrobora Dejours in Betiol (1994), o trabalho está relacionado diretamente com o desenvolvimento e saúde do ser. O sujeito desenvolve-se e redescobre-se por meio do labor, porém, além de agregar para o seu processo de evolução, a ocupação profissional também possui uma vertente dolorida, qual perturba diretamente a saúde do corpo do trabalhador, e sua organização está imbricada ao funcionamento psíquico do ser. Nesta perspectiva, cabe ressaltar que cada sujeito encara suas dificuldades embasadas em suas particularidades, mobilizando-se por meios de instintos defensivos, que podem ser externos ou internos, individual ou coletivo, quando estão diante do âmbito de sofrimento e adoecimento (DEJOURS,1992), assim, contudo, há

a necessidade de compreender a realidade docente, e desmistificar os fatores estressantes, visando a prevenção e supressão do adoecimento mental de quem faz educação.

Além disto, o estudo apresentou como ferramenta essencial a urgência de ações preventivas geradas pelo nível micro e macro dos sistemas educacionais, quais possam contemplar a psicodinâmica do trabalho, a fim de atrelar condutas assertivas que garantam a mobilização do saber docente em relação as habilidades socioemocionais. Neste sentido, para que por fim, o ser efetive verdadeiramente o controle sobre situações de prazer-sofrimento, concebendo uma ressignificação do sofrimento e canalizando-o de forma que não o neutralize-se, mas que possa ser utilizado como “combustível” para reflexões e apinhar valor ao seu ser. Ademais, este movimento por consequência rompe com tabus, e aflora sensibilidade para assunto determinado de grande valia, além de instigar novas pesquisas. Contudo, este artigo buscou ressaltar a necessidade de mentes saudáveis na educação, e ações que interpelam a temática com intenção de auxiliar a estrutura organizacional do sistema educacional frente as mudanças sociais e riscos psicossociais presentes nos desafios educacionais contemporâneos.

REFERÊNCIAS

BETIOL, Maria Irene Scotto. *Psicodinâmica do Trabalho: Contribuições da Escola Dejouriana e Análise da Relação Prazer, Sofrimento e Trabalho*. São Paulo: Atlas, 1994.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União, 5 de outubro de 1988.

_____. Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Brasília, Secretaria de Assuntos Jurídicos da Casa Civil.

CARLOTTO, M. S. A síndrome de Burnout e o trabalho docente. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 7, n. 1, p. 21-29, jan./jun. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v7n1/v7n1a03.pdf>. Acessado em: 29 mai. 2021.

DAMÁSIO. Antônio R. *E o Cérebro Criou o Homem*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

DIAS, Erasmo. *Doutrina de Segurança e Risco: Segurança dos Cidadãos*. São Paulo: Departamento Técnico de Taquigrafia, 2003.

DEJOURS, Christophe. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1992.

ESTEVE, José Manuel. *O mal-estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores*. São Paulo: EDUSC, 1999.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e terra, 1996.

GOLEMAN, Daniel. *Inteligência Emocional: A teoria revolucionária que define o que é ser inteligente*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

LIBÂNEO, José Carlos. *Pedagogia e pedagogos, para quê?* 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MEC. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). *Educação é a Base*. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MOSÉ, Viviane (org.). *A Escola e os desafios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

PLATAFORMA AGENDA 2030. A Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Agenda 2030, 2015. Disponível em: <http://www.agenda2030.com.br/> Acesso em: 07 jan. 2021.

ROCHA. Raquel Maria de Almeida. Segurança Humana: Histórico, Conceito e Utilização. Segurança Humana. São Paulo, 2017. Disponível em: http://143.107.26.205/documentos/Raquel_Maria_Almeida_Rocha.pdf . Acesso em: 22 jul. 2020.

UNESCO. Educação 2030 no Brasil. Brasília, 2019. Disponível em: <https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasil/expertise/education-2030-brazil>. Acesso em: 07 jan. 2021.